

Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização

José Marín *

Resumo

O conceito de interculturalidade que se assume neste artigo é o reconhecimento mútuo de todas as culturas, sem hierarquização. Essa é a primeira condição para elaborar a análise da descolonização do saber e do poder que lhe é inerente. O processo histórico da colonização europeia foi constituído em um contexto de dominação cultural, social, econômica e política. À medida que a cultura eurocêntrica não respeita a biodiversidade, nem a diversidade cultural, as referências reais e as significações simbólicas dos contextos locais são pervertidas. A abordagem da relação entre o saber local e o saber universal, imposto pela cultura dominante, é a principal referência para a proposição teórica da descolonização do saber. A educação é compreendida como a conquista pelas novas gerações das visões de mundo, dos sistemas de valores e dos fundamentos para construir seus próprios conhecimentos. O desafio atual para a educação é partir de cada realidade, com base na revalorização das línguas e culturas locais e na adaptação de suas possibilidades ao contexto global.

Palavras-chave: Interculturalidade. Saber local e saber global. Eurocentrismo. Descolonização do saber.

* Doutor em Antropologia pela Universidade da Sorbonne e diplomado pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina, Paris; pesquisador da problemática do Desenvolvimento e Ecologia Humana; diplomado pelo Instituto Universitário de Estudos do Desenvolvimento e da Academia Internacional do Meio Ambiente de Genebra; foi Professor da Universidade de Genebra e colaborador da rede Universitária Internacional de Genebra (RUIG); atualmente é colaborador de diferentes instituições e publicações da Europa e da América Latina, e da Unesco na África; 1, Square du Vieux-Chêne, 1224 Chêne – Bougeries, CH – Genève, Suisse; p_marin@bluewin.ch

1 INTRODUÇÃO

A luz e a verdade não pertencem a ninguém, e é melhor que assim seja. Igualmente, a luz não pode ser propriedade de ninguém e vive no brilho dos olhos das crianças, nos reflexos do sol na água e na pele das folhas das árvores nos bosques.

A luz é como a verdade: todos nós possuímos um pouco de luz e cada um de nós tem dela apenas uma parte. Se quisermos que nasça um novo amanhecer, devemos juntar todos os fragmentos de luz e unir toda a energia que possuímos, para que volte a nascer a vida.

Essa é nossa primeira reflexão, da qual partimos para relacionar a proposição da interculturalidade com a descolonização do poder e do saber. Trata-se da fundamentação para propor um projeto viável de sociedade, ante os desafios ecológicos e os desafios da diversidade cultural e religiosa. Tem o significado não somente de respeito à diversidade, mas, principalmente, de aproveitar a riqueza da diversidade nas culturas, como faz a natureza na metáfora que mencionamos de início.

Essa opção teórica implica igualmente assumir o desafio epistemológico do reconhecimento da existência de outras visões de mundo e de aceitar a validade de outros conhecimentos e de outras formas de construir conhecimentos (MARÍN, 2005, 2006, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2004, 2006).

Um bom exemplo para compreender esse processo parece-nos ser o tema das relações entre o saber local e o saber pretensamente universal, imposto no contexto da globalização. Nossa reflexão se realiza a partir da perspectiva intercultural, porque acreditamos que essa é uma possibilidade de análise que permite descolonizar o saber e, conseqüentemente, o imaginário que o sustenta (QUIJANO, 2005, 2007).

Assumir a interculturalidade como perspectiva possibilita-nos o reconhecimento e a valorização de outros sistemas culturais, para além de toda a hierarquização, em um contexto de complementaridade que possibilita a construção de um diálogo. Este, por sua vez, permite a partilha de conhecimentos, para além de toda a falsa oposição entre o moderno e o tradicio-

nal, a cultura escrita e a cultura oral, a racionalidade e a dimensão afetiva. Essas falsas oposições impregnam as relações humanas e as aprendizagens (NARBY, 2000, 2005).

O eixo dessa reflexão permite-nos questionar a separação perversa da natureza e da cultura, posta em prática pela visão eurocêntrica centrada na racionalidade do positivismo, sobre a qual foram construídas a ciência e a tecnologia do mundo ocidental.

Repensar esse desafio epistemológico pode ajudar-nos a imaginar a reconstrução de uma visão global, multidimensional e interdisciplinar, que associe a natureza e a cultura como o eixo fundamental para compreender melhor o mundo no qual vivemos e, assim, permitirmo-nos imaginar um projeto social e político que seja capaz de assumir os desafios impostos pelo contexto atual da globalização.

Refletir a respeito da resposta da relação dos conhecimentos locais com os conhecimentos globais, em um contexto determinado, leva-nos a estudar a história das relações de poder entre as culturas dominantes e as culturas dominadas.

Saber é poder. Essa afirmação resume nossa premissa. O saber é um dos pontos de sustentação da dominação, em todos os territórios das atividades humanas. E, no processo atual da globalização, o domínio do saber tecnológico é simbolicamente determinante das relações de poder.

Há uma longa história de valorização e desvalorização dos conhecimentos, que marcou a relação entre as culturas dominantes e as dominadas. Esses conhecimentos são reproduzidos pelos sistemas educativos, que, para isso, utilizam o mecanismo da imposição de uma política educacional oficial, desde a época da dominação colonial e pós-colonial.

A escola oficial encarregou-se de transmitir a visão de mundo, a língua e a cultura dominante, sendo uma instituição eficaz no seu objetivo de reduzir, denegrir e marginalizar as línguas, as visões de mundo e os conhecimentos ou saberes locais.

No contexto da América Latina, a Santa Inquisição foi um símbolo dessa época. A Igreja e a escola executaram a função, mediante a evangelização e a alfabetização, de impor uma visão de mundo e determinados conhecimentos valorizados pela cultura dominante.

A reflexão sobre esse tema leva-nos a delinear algumas perguntas:

- a) Quem determina o valor de um conhecimento e lhe atribui um caráter universal?
- b) Quais são os conhecimentos reconhecidamente componentes da cultura dominante?
- c) Quem efetivamente consegue o não reconhecimento e marginaliza certos conhecimentos pertencentes aos saberes dominados, reduzindo-os a um valor local, ou terminando por folclorizá-los?
- d) Qual é a visão de mundo que sustenta a interpretação e o conteúdo dos conhecimentos?
- e) Quais são as relações entre os conhecimentos que determinam se eles respondem às nossas necessidades e aos nossos interesses?

Tratar de estabelecer as relações fundamentais entre os conhecimentos locais e os conhecimentos universais, no contexto da globalização, leva-nos a refletir quanto ao sentido da educação escolar.

É necessário superar a fragmentação do conhecimento, a fim de reunir as partes com o todo e, desse modo, cumprir a primeira condição para encontrar as melhores formas de trabalhar com a aprendizagem dos conhecimentos.

Para a abordagem introdutória dessa problemática, trataremos brevemente da análise do contexto histórico da globalização, à medida que se constitui o entorno no qual se inscrevem as relações entre os conhecimentos locais e os conhecimentos globais.

Com a intenção de repensar as alternativas para imaginar um futuro diferente, centramos nossas esperanças na educação em suas diferentes formas, como o lugar no qual se pode iniciar a descolonização de nosso imaginário e a revalorização de nossos saberes.

A importância da educação se revela à medida que é no território histórico e cultural que se constrói o imaginário de toda a sociedade. A educação é o espaço no qual se produz a elaboração e a recriação das visões de mundo, dos sistemas de valores e das maneiras de construir os conhecimentos. Essa recriação é que nos permite a elaboração de um projeto social capaz de se adaptar às necessidades, às potencialidades e aos interesses de nossas sociedades.

Finalmente, propomos algumas modestas reflexões e reafirmamos o valor de outros grandes aportes, como os que têm realizado Morin (2000, 2006), entre outros.

2 GLOBALIZAÇÃO: CONCEITOS, INTERPRETAÇÕES, PARADOXOS E DESAFIOS

A palavra globalização é a tradução castelhana do termo inglês globalization, utilizado nos Estados Unidos, desde os anos 1980 do século XX. Originalmente, esse conceito se refere a uma suposta liberação planetária dos intercâmbios econômicos. Desde os anos 1990; o termo tem sido reelaborado e aplicado para além do campo econômico, na informação e no âmbito da cultura, entre outros. Atualmente, a globalização está associada à hegemonia da geopolítica dos Estados Unidos.

A globalização está fundamentada na ideologia neoliberal, que impõe uma “liberdade” do setor empresarial, para beneficiá-lo com vantagens fiscais e alfandegárias. Preconiza, igualmente, o “livre” emprego, que na realidade se traduz pela precariedade das condições de trabalho, e defende o livre intercâmbio econômico e financeiro, mesmo quando protege suas economias.

Esse processo teoricamente se traduziria na especialização de cada país em razão de suas vantagens comparativas e em uma divisão internacional do trabalho. Todos esses postulados não resistem a uma análise mínima de suas múltiplas incoerências, já demonstradas na realidade, como no caso da Argentina (STIGLITZ, 2002).

2.1 A DESLOCALIZAÇÃO

Denomina-se deslocalização o desalojamento da produção industrial rumo aos países com baixos salários e melhores vantagens fiscais. A transferência de numerosas empresas dos países industriais a países, como a China e outros do sudeste asiático é um bom exemplo desse processo. Essa região já concentra vários setores da economia industrial em nível mundial. A deslocalização também ocorre em direção a certos

países da Europa do leste, que oferecem melhores vantagens e baixos salários para as multinacionais, o que atualmente divide a Comunidade Europeia dos 25.

Esse fenômeno é um produto da globalização e sinônimo da desindustrialização e da destruição do mercado de trabalho nos países industriais. Esse fato produz um crescente desemprego e exclusão social nos países industriais e provoca profundas mutações econômicas, sociais e culturais.

A deslocalização nos países ricos, em médio prazo, com a exclusão e a marginalidade que são geradas, será a demonstração catastrófica de que os efeitos perversos da globalização também emergem nos países que a impulsionaram e fomentaram (MONNIER, 2004; RAMONET, 2004).

A precarização de grandes setores sociais representa um grande desafio à dignidade humana, no âmbito planetário.

2.2 OS MOVIMENTOS ANTIGLOBALIZAÇÃO

São movimentos que tiveram sua origem no desmantelamento da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), realizado nos anos 1990. Opõem-se à privatização dos setores públicos, como a Saúde, a Educação e os Serviços Sociais, que são concebidos pela globalização neoliberal como mercadorias que devem ser administradas pelo mercado, com a perda total de sua dimensão social e humana. A essas proposições se opõe esse movimento no campo ecológico, econômico, social, educativo e cultural. Suas ações políticas denunciam as consequências perversas e os paradoxos que a globalização provoca.

Essa oposição é explicitada por diferentes organizações não governamentais e por iniciativas cidadãs, como a do Fórum Mundial de Porto Alegre no Brasil, entre outras experiências.

2.3 AS INTERPRETAÇÕES DA DEFINIÇÃO DE GLOBALIZAÇÃO

A interpretação histórica é referente aos diferentes episódios da dominação ocidental desde o início do colonialismo e pós-colonialismo até a atual dominação hegemônica ocidental na África, América, Ásia e Oceania. Essa interpretação

se afirma na perspectiva do respeito à biodiversidade, como sustento vital para todos os seres vivos e como condição para assumir o desafio ecológico.

A interpretação cultural compreende todo o processo de dominação cultural que envolve a globalização, em seu afã por impor uma cultura hegemônica. Essa perspectiva também nos lembra a necessidade de respeitar a diversidade cultural, que compreende as diversas visões de mundo e os diferentes sistemas e concepções religiosas, fundamentais para preservar a pluralidade e para assegurar as condições vitais para a convivência democrática e intercultural na sociedade humana.

A interpretação social é referente à ausência de um modelo de sociedade viável, como resposta às mutações e paradoxos provocados pela globalização, incluídos na problemática da exclusão e no desafio da dignidade humana.

A interpretação econômica vem da importância da dimensão econômica e financeira que se afirmou a partir da imposição do capitalismo no âmbito mundial.

A interpretação geopolítica é referente à hegemonia geopolítica que em nível planetário exercem os Estados Unidos, nos termos econômicos, políticos e militares. A atual invasão e destruição do Iraque é um exemplo, com mais de cem mil vítimas civis. Encontramo-nos diante de uma hegemonia impregnada de etnocentrismo, racismo, nacionalismo e fundamentalismo religioso, como na época colonial.

A interpretação humanista está relacionada à ausência de respeito aos Direitos Humanos e à ausência de princípios éticos que articulem os fundamentos essenciais da dignidade humana.

A interpretação demográfica é concernente às migrações provocadas pelas mutações e pela ordem injusta que foi instituída pela globalização do sistema capitalista. A emigração desesperada, principalmente dos países pobres para os mais ricos, apresenta-se como uma miragem e a única alternativa para sair da pobreza. Este é um fenômeno a ser estudado nas relações econômicas e sociais do local e do global. A perda de quadros profissionais qualificados, da qual essa situação é coadjuvante, tem o significado de uma sangria inestimável de recursos humanos.

A deslocalização de indústrias nos países ricos vindas de outras regiões provoca a destruição do tecido social e a ruptura do mercado de trabalho. Esse

fato será a causa de um novo capítulo da exclusão e marcará uma nova etapa na história de migrações dos países industrializados do norte.

A interpretação relacionada à educação defronta-se com as tendências de domínio que a globalização impõe, por meio do controle da informação e dos meios de comunicação, assim como da mensagem ideológica e cultural que esses meios veiculam. Esses desafios à educação, em termos de visões de mundo, em relação aos sistemas de valores, às identidades e suas referências, demandam importante desafio no quadro das relações entre o local e o global.

2.4 OS PARADOXOS DA GLOBALIZAÇÃO E AS INCONTESTÁVEIS EVIDÊNCIAS DA AUSÊNCIA DE UM PROJETO DE SOCIEDADE VIÁVEL

Relacionar esses paradoxos foi um trabalho elaborado com algumas reflexões do próprio autor, em grande parte inspirado pelo Informe da 46ª Conferência Internacional de Educação da Unesco: Aprender a conviver: estamos fracassando? (UNESCO, 2003). Os paradoxos são produzidos, em sua maioria, pelos efeitos perversos da globalização.

O primeiro paradoxo localiza-se entre a abertura para um desenvolvimento compartilhado entre os países industriais e a destruição das potencialidades de desenvolvimento, particularmente nas nações menos favorecidas.

O incremento do comércio internacional, as oportunidades de mobilidade pessoal e o avanço extraordinário das telecomunicações oferecem, entre outros aspectos, uma base material para a vida em comum. Sem embargo, a forma como se promove a globalização provoca problemas graves em muitos lugares do mundo. Esses problemas têm consequências principalmente na destruição do meio ambiente e na deterioração da qualidade de vida de centenas de milhões de habitantes de todos os continentes, acentuando-se as distâncias entre ricos e pobres.

O segundo paradoxo consiste em uma profunda contradição que ocorre entre a proliferação dos conhecimentos científicos e os desequilíbrios que provocam nas áreas em que se aplicam.

As formas de produção e de consumo energético do século XXI, a modernização transferida do Norte para o Sul e o crescimento da população em

certas regiões do mundo são fatores que produzem efeitos perversos e sérios danos no meio ambiente (UNESCO, 2003).

Um bom exemplo desse paradoxo é a Bacia Amazônica, cuja órbita se estende por 5,5 milhões de quilômetros quadrados, quase o equivalente a uma vez e meia o atual território da Comunidade Europeia. A Amazônia está repartida entre sete países, entre os quais, o Brasil, que possui aproximadamente 70% de seu território. Incêndios involuntários e desflorestamento têm destruído mais de 630.000 quilômetros quadrados de florestas, o equivalente a duas vezes o território da Itália. No ano de 2003, mais de 24.000 quilômetros quadrados foram desflorestados, ou seja, um território equivalente à Ilha da Sardenha. A devastação é provocada pela expansão de cultivos agroindustriais, como a soja, o gado e o desflorestamento (ALLEMAND, 2004).

A biotecnologia avança na construção de conhecimentos para resolver problemas muito diversos, porém se desconhecem as consequências e os efeitos posteriores de suas aplicações. A utilização dessas tecnologias em áreas da produção de alimentos deve considerar esses riscos.

O terceiro paradoxo: na etapa atual a humanidade dispõe de um desenvolvimento de conhecimentos em nível internacional, os quais poderiam melhorar, consideravelmente, a qualidade de vida de toda a humanidade, todavia são conhecimentos que não se aplicam, tampouco se aprendem de forma equitativa. Quase um bilhão de pessoas vive sem acesso à água potável; 2 bilhões e 400 milhões não têm acesso à sanidade básica; mais de dois milhões morrem por ano devido à contaminação ambiental e 34 milhões sobrevivem com AIDS ou HIV (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2001, p. 11). Em apenas dois anos a porcentagem da população mundial que utiliza internet passou de 2,4% a 6,7%, enquanto que essa cifra se eleva a mais de 50% na Suécia, Estados Unidos e Noruega. Na China, África do Sul e Brasil, o percentual está abaixo de 10%. A brecha no uso de novas tecnologias da informação é cumulativa, com diferenças no acesso à eletricidade, aos tratores, ao telefone e outras inumeráveis tecnologias do século XX (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2001, p. 42-43).

O quarto paradoxo: nunca antes a humanidade produziu tanta riqueza, porém nunca antes houve tanta desigualdade.

Em 1990, 2 bilhões e 718 milhões de pessoas, ou seja, 45% da população mundial viviam com menos de dois dólares por dia; em 1998 eram 2 bilhões e 800 milhões (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 29). Atualmente, estima-se que 1 bilhão e 200 milhões de pessoas vive com menos de um dólar por dia.

Atualmente, sob essas condições, cada vez mais assistimos a uma emigração desesperada, em nível planetário, dos países mais pobres para os países mais ricos. A miragem da migração, como opção para melhorar a qualidade de vida, restaura o mito do desenvolvimento, proposto pelos países ricos, como solução à pobreza nos anos 1960. O caso trágico da emigração do norte da África para a Europa e a situação dos imigrantes clandestinos nos Estados Unidos, entre outros, são dois dos dramas humanitários contemporâneos mais importantes e constituem um grande desafio para todos nós: o desafio de assumir o respeito pela dignidade humana.

Cada vez mais pessoas jovens e educadas abandonam seus lugares de origem para buscar – com ou sem êxito – melhor qualidade de vida, onde for possível. As migrações sempre vieram a enriquecer os países, porém representam, igualmente, um grande desafio e criam novos dramas e problemas.

Os pobres buscam nos países ricos espaços de sobrevivência que não são acolhedores, nem generosos. Os casos de maus tratos, de racismo e de xenofobia que sofrem os imigrantes são inumeráveis.

A história das migrações tem marcado a história da humanidade. Atualmente, com o fenômeno da deslocalização, que provoca o fechamento das empresas e a destruição do mercado de trabalho nos países ricos, muitos dos habitantes de origem, que participaram do povoamento desses países, são também excluídos e serão obrigados igualmente a emigrar, como os excluídos do Sul.

O quinto paradoxo: como assumir a diversidade cultural? Como respeitar as diferentes visões de mundo, as diversas crenças religiosas?

Como assumir a multiculturalidade de nossas sociedades? Como assumir nossa pluralidade e como poderíamos conviver, respeitando nossas diferenças, sem chegar aos extremos da perversidade do racismo, da xenofobia e da marginalidade? Essas são as grandes perguntas para responder hoje em dia e constituem, entre outros, os grandes desafios atuais. A educação, nesse contexto, tem um grande combate a assumir.

A globalização é apresentada como uma grande abertura, mas é, na verdade, uma ameaça de uniformização cultural, que coloca em perigo a preservação da diversidade cultural, despertando conflitos e recolhimentos identitários e nacionais, facilitando, assim, a emergência das inevitáveis consequências da intolerância e do racismo.

Atualmente, o racismo, no contexto europeu, constitui uma ideologia política de massas (MARÍN, 2002, 2003). Não somente se renegam as culturas, mas também os idiomas maternos. A língua tem extraordinária importância, uma vez que organiza o conhecimento de nossos ecossistemas, pela nomeação. A língua é vital para construir nossas identidades e expressar nossa percepção de mundo e a concepção de nossas sociedades.

A dominação cultural e linguística é coadjuvante da perda do patrimônio cultural de toda a humanidade. A imposição do inglês como língua veicular empobrece as culturas e as línguas locais.

O sexto paradoxo: em 1980, 81 países deram passos significativos para a democracia; 33 regimes militares foram retomados por governos civis; fez-se mais transparente a presença e a ingerência das ONGs (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2002, p. 10). Contudo, a possibilidade de realizar a democracia encontra grandes obstáculos. É evidente o enfraquecimento dos Estados-Nação como modelos políticos para organizar institucionalmente a sociedade, diante da emergência dos poderes e das instituições transnacionais, que controlam os novos setores de poder das finanças, da informação e das comunicações e determinam as decisões do poder político sobre a sociedade. O caso da crise Argentina é um bom exemplo dessa dramática realidade (LEWKOWICZ, 2003; STIGLITZ, 2002; UNESCO, 2003).

Entre 1992 e 1995, morreram na Bósnia, aproximadamente, 200 mil pessoas e 500 mil em Ruanda, em 1994. De março de 2003 a outubro de 2004, foram 100 mil as vítimas civis da invasão norte-americana no Iraque.

Na atualidade, a imposição militar da hegemonia geopolítica dos Estados Unidos cria a insegurança no destino da humanidade. Essa incerteza encarna-se na tragédia imposta ao povo iraquiano.

2.5 A GLOBALIZAÇÃO E SEUS PARADOXOS

Primeiramente, é necessário compreender que a globalização atual do sistema econômico capitalista, sob o signo da ideologia neoliberal, não é sinônimo de “livre comércio”. Assinalar essa premissa permitir-nos-á compreender as transformações sociais que se produzem nos últimos 20 anos.

Identificamos a ideologia neoliberal com a depauperação e o desmantelamento do Estado. Esse processo histórico implica que as decisões mais importantes escapam da gestão dos governos estatais, pretensamente democráticos. As decisões são tomadas de acordo com os interesses das empresas multinacionais e dos organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). A influência preponderante dessas instituições sobre a orientação que deve tomar o desenvolvimento econômico, social, cultural e educativo do mundo é um dos aspectos da globalização que é importante que seja assinalado e mais investigado (MARÍN; DASEN, 2004).

Os setores democráticos e todas as instituições da sociedade civil teriam de assumir um papel fiscalizador mais importante nesse processo. Necessitamos ter uma visão global de nossas sociedades, para melhor compreender as implicações e consequências da globalização sobre elas e sobre nossa vida cotidiana, em outros trabalhos e setores importantes, como o social, a saúde pública e a educação.

Os antecedentes históricos da globalização, entendida como um complexo processo histórico de dominação têm suas origens na colonização da América, da África e, posteriormente, da Ásia e da Oceania. Esse processo de dominação nos mostra a tendência a universalizar os sistemas econômicos, políticos, religiosos, culturais e educativos.

Entre os desafios mais importantes a assinalar no terreno do conhecimento, no quadro da dominação cultural, poderíamos pensar no elevado custo das novas tecnologias, que são a origem e a criação de novas dependências, como sustento da dominação e do intercâmbio desigual.

2.6 OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO

O início do terceiro milênio está marcado por mutações econômicas, sociais e culturais profundas, que questionam as certezas e as verdades universais impostas desde muito tempo e nos obrigam a recriar o sentido da vida e a realizar esforços para imaginar um projeto de sociedade viável. Entre os desafios mais importantes a assinalar, poderíamos pensar no desafio ecológico, no desafio ético e da dignidade humana, no desafio social e econômico e nos desafios da globalização no domínio da educação.

O desafio ecológico traduz-se pelo respeito à biosfera e pelo respeito à biodiversidade, o que implica evitar toda a destruição sistemática dos ecossistemas por um processo de industrialização, que não integrou a natureza como fator primordial da produção. Os conhecimentos científicos e as tecnologias que sustentam o processo de industrialização ignoraram a capacidade da natureza para suportar todos os efeitos contrários à sustentação de seu equilíbrio.

É urgente repensar a aliança vital entre natureza e cultura, como fundamento essencial na construção do saber científico e tecnológico.

A catástrofe de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, revela os limites dessa visão de mundo e nos expõe um grande desafio epistemológico. A ausência da natureza no pensamento científico atual nos explica a incapacidade tecnológica para controlar a radioatividade, a destruição da camada de ozônio, o manejo dos resíduos industriais e radioativos. O perigo das manipulações biogenéticas e suas consequências posteriores e o uso irracional de tecnologias, em cuja concentração está ausente a dimensão ecológica, são os fatores de uma nova geração de enfermidades.

Necessitamos integrar a dimensão ecológica não somente em termos da economia, mas também em todos os domínios nos quais se constrói o conhecimento. A educação é o território no qual se pode produzir a reconciliação entre a natureza e a cultura. Evidentemente, esse é um aspecto que torna necessário repensar nossas visões de mundo, que são aquelas nas quais se encontram as raízes da crise ecológica contemporânea (WHITE, 1973).

A preservação dos climas e o respeito pela biodiversidade foram os temas de discussão nas reuniões internacionais do Rio de Janeiro, em 1992, e, ultimamente, em Kyoto, em 1997 (RAMONET; CHAO; BOSNIAK, 2003). Esses acordos internacionais, para preservar a biodiversidade e o clima, dispõem da oposição aberta dos Estados Unidos da América, que argumentam a partir da oposição entre esses acordos e o “progresso econômico”.

2.7 O DESAFIO ÉTICO E A DIGNIDADE HUMANA

É primordial considerar esses aspectos como premissa para afrontar o desafio ecológico e assumir um novo projeto de sociedade. A capacidade de respeitarmos os demais é a base da construção da dignidade humana.

Atualmente, a falta de ética se traduz na corrupção do sistema político que supostamente deveria administrar a democracia. O caso dramático da invasão norte-americana e de seus aliados no Iraque pretende justificar-se em nome da imposição militar da liberdade e da democracia, que disfarça, muito mal, uma verdadeira guerra de saques imperiais, para apropriar-se pela força dos jazigos petrolíferos desse país.

A dignidade nos permite ocupar um lugar na sociedade, sustentada no reconhecimento e no respeito de nossos direitos. Esse reconhecimento é a base sobre a qual se constroem nossas identidades, a partir das quais logramos dar um sentido à nossa existência. A educação tem uma grande tarefa na proteção e na preservação da dignidade, desde o âmbito familiar até a escola. Entretanto, essas afirmações contrapõem-se aos paradoxos da exclusão desumanizante que a globalização produz, com mais da metade da humanidade completamente marginalizada e em condições miseráveis (conferir os paradoxos anteriormente explanados).

Trabalhar contra a depreciação, ou autodepreciação que impõe a dominação, é uma das grandes tarefas da educação. Não esqueçamos que depreciar, para justificar a opressão, foi regra de ouro desde a época da dominação colonial. Reconstruir a estima e o respeito, de que todos necessitamos, é uma árdua tarefa. Não somente se valorizam as pessoas, mas, também, devem-se valorizar suas

culturas e seus idiomas, uma vez que estes organizam seus conhecimentos, pela nomeação. O exemplo de impor, na região andino-sul-americana, uma educação oficial com a cultura ocidental e o castelhano como cultura e idioma oficiais, dominantes nas zonas andinas, nas quais as culturas e os idiomas, como o quechua e o aymara, durante muitos séculos, conseguiram classificar mais de mil variedades de batatas, dando-lhes um nome a cada variedade, é um ato de destruição cultural, um etnocídio. Proibir os idiomas que organizam o conhecimento dos saberes locais, pela nomeação dos ecossistemas, significa um ato de destruição do patrimônio cultural andino, patrimônio esse que levou séculos para se construir. O castelhano tem somente uma palavra para nominar a batata. Esse exemplo histórico é muito eloquente para revelar a relação desigual entre os saberes locais e os saberes pretensamente universais, ou globais.

O idioma é o espírito e o veículo da dimensão afetiva das culturas. Reconhecer que os “outros” também possuem conhecimentos é admitir o valor e a pertinência de suas culturas, além de outorgar-lhes uma posição de interlocutores. Todas essas são premissas fundamentais para construir o diálogo intercultural, como fundamento democrático da educação.

2.8 O DESAFIO SOCIAL E ECONÔMICO

O desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação representa um grande avanço tecnológico para a educação, com o paradoxo de que nem todos os seres humanos podem ter acesso a essas tecnologias, por seus custos elevados. Os paradoxos demonstram bem esse fato. A fragmentação social se estende e contém os riscos da crescente exclusão que a globalização provoca.

A informática e a robótica transformaram profundamente a paisagem industrial, e conhecemos a gravidade das fraturas sociais que vieram com sua implementação. O mercado de trabalho foi reduzido ou destruído, em muitos casos, provocando altos percentuais de desocupação, o que, por sua vez, provoca grande destruição do tecido social, fragmentando as famílias e os indivíduos que sofrem esse processo de marginalização.

A perda dos postos de trabalho provoca uma crise de identidade, uma crise existencial, mais ainda na sociedade industrial, na qual a única identidade que os trabalhadores possuem é a de seu próprio trabalho. Perder o trabalho é perder seu lugar na sociedade, o que pode significar um grande drama, o qual se estende, igualmente, a suas famílias, que sofrem o estigma envolvido nessa situação. Essa exclusão crescente destrói a dignidade e a identidade de quem sofre, como sujeito, esse processo.

Atualmente, não existe um projeto de sociedade viável, capaz de responder aos desafios ecológicos e éticos e aos aspectos concernentes à dignidade humana. A construção de um projeto de sociedade somente será possível se assumirmos o respeito à biodiversidade, à diversidade cultural e às diversas visões de mundo e de crenças religiosas que os diversos povos do planeta possuem.

O grande desafio é pensar em uma sociedade que nos permita ser, para podermos realizar nossas aspirações mais nobres e não nos limitarmos a possuir, reduzindo nossa vida a produzir e a consumir, como fazemos compulsivamente hoje em dia.

2.9 OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO

Os desafios são múltiplos à medida que grande parte das referências e fundamentos, sobre os quais temos construído nossos conhecimentos, encontra-se em profunda mutação. A época das certezas da mitologia do saber universal já teve seu colapso com a catástrofe de Chernobyl. O mundo contemporâneo tem sofrido profundas mudanças, e o grande desafio para todos nós é contribuir coletivamente para construir um projeto de sociedade viável.

A sociedade humana necessita reconstruir-se e refletir sobre a função da educação no contexto atual da globalização. Refletir sobre a educação e construir conhecimentos e didáticas para proceder a suas ações já não é mais a tarefa de alguns indivíduos, e sim uma tarefa que compromete o conjunto da sociedade, que se confronta com múltiplos desafios.

A educação é a instituição social, por excelência, que responde à pergunta universal que se propõe a todas as culturas: como proceder à ação com os

conhecimentos e as visões de mundo, os sistemas de valores e outras referências, necessários para dar um sentido a nossas vidas?

Haveria necessidade de se proporem muitas perguntas:

- a) Como proceder ao trabalho pedagógico com as visões de mundo que associam a natureza e a cultura?
- b) Como proceder a uma educação que preserve a biodiversidade, a diversidade cultural, a pluralidade e as diferentes concepções religiosas?
- c) Como proceder a sistemas de valores que recriem a solidariedade e reforcem uma dimensão humana coletiva, sabendo que todos necessitamos de todos os demais?
- d) Como proceder a concepções que associem o global e o local?
- e) Como proceder a concepções que restabeleçam em nosso pensamento as relações entre as partes e o todo?
- f) Como proceder aos conhecimentos que associem as projeções, as identidades e as transferências entre o racional, o emocional e o afetivo, concebidos como uma totalidade?
- g) Como construir os conhecimentos e como proceder para comunicá-los a partir do contexto natural de nossos sistemas ecológicos e de nosso contexto histórico, cultural, social e político?
- h) Como projetarmos nosso trabalho educativo a partir de nossos próprios sistemas de valores, considerando que o processo de globalização, ao privilegiar o individualismo, tende a perverter os fundamentos da solidariedade e, dessa maneira, busca degradar os princípios da coletividade?

A ideologia neoliberal considera que o indivíduo é o ator principal da sociedade, totalmente isolado dos demais, divorciado da sociedade real na qual vive. O individualismo encarna um egocentrismo no qual se incorporam os novos valores que asseguram o êxito, como a competitividade, a mobilidade, o pragmatismo, o utilitarismo e a monetarização das relações humanas.

A concepção neoliberal não considera uma realidade na qual o homem não se constrói só, em que todos nós nos construímos mutuamente e onde não pode existir o “eu” sem o “tu”.

2.10 ALGUMAS MODESTAS SUGESTÕES

- a) Definir o contexto local, a partir do qual trabalhamos, valorizando o que somos e o que sabemos, para relacionarmo-nos nas melhores condições com o global;
- b) assinalar a importância de definirmos, desde a realidade e desde a prática, nas quais se constroem nossos conhecimentos, os aspectos da complexidade e da multidimensionalidade de nossas sociedades;
- c) projetarmos o futuro, a partir de nossas referências espaciais e culturais, da diversidade, do contexto ecológico, no qual se constroem nossos conhecimentos e a partir da rica diversidade cultural que impregna a realidade brasileira e latino-americana;
- d) construirmos nossas vidas a partir de nós, de nossa própria autoestima, valorizando o que somos como condição primeira para crescermos em nossas possibilidades, a partir de nossa realidade, reforçando assim nossa dignidade, que é fundamental para crescermos e projetarmos nós mesmos. A tomada de consciência histórica é fundamental para compreender o presente e imaginar o futuro;
- e) superar a perda da autoestima é uma conquista que está na relação direta com a aceitação da valorização de nossos saberes e percepções, considerados como inferiores ou subdesenvolvidos;
- f) revalorizar os saberes locais passa por revalorizar a estima e a dignidade das pessoas que os possuem. A dimensão afetiva é capital no trabalho educativo: não somente se procede à comunicação dos conhecimentos, mas também de afetos portadores do reconhecimento de que todos necessitamos;
- g) definir o local e o global para construir um conhecimento que explique as relações e as implicações que existem entre essas duas dimensões.

2.11 ALGUMAS QUESTÕES

- a) Como integrar os fragmentos para reconstruir a totalidade e ter em conta suas múltiplas dimensões, sua complexidade e sua multiculturalidade?
- b) Como refazer o “olhar de peixe”, para recuperar uma visão global de 360°, longe da focalização na qual nos temos encerrado e limitado por tanto tempo, utilizando-nos da educação dominante, da racionalidade e do positivismo ocidental?
- c) Como unificar em uma só ótica os conhecimentos locais e os conhecimentos globais, estabelecendo-os em seus diferentes contextos e buscando construir sua complementaridade?

2.12 ALGUMAS PROVÁVEIS RESPOSTAS

A busca de uma perspectiva intercultural, que admita a igualdade dos conhecimentos, para além de toda categorização e hierarquização que nos foram impostas pelo etnocentrismo da dominação cultural ocidental, pode permitir a revalorização dos saberes locais e a criação das condições para compartilhá-los, em uma perspectiva de complementaridade, que vá para além da mesquinha realidade da lógica do saber, traduzido como poder e como dominação.

Trata-se de associar os conhecimentos produzidos pelo Ocidente com os conhecimentos produzidos pelas culturas tradicionais, locais ou regionais, considerando seus contextos de produção.

Como exemplo concreto dessas reflexões, podemos citar o caso da experiência do Programa de formação de professores indígenas em educação bilíngue e intercultural, que atualmente funciona em Zungarococha, perto da cidade de Iquitos, na Amazônia peruana.

Essa experiência educativa é muito importante, à medida que nos permite imaginar como assumir as relações entre os conhecimentos locais e os conhecimentos universais ou globais, utilizando a perspectiva intercultural.

O programa parte do princípio de que é possível construir um sistema educativo capaz de elaborar um programa de estudos que incorpore os saberes locais indígenas, aduzidos pelos especialistas indígenas de cada uma das etnias que participam do programa, associando-os aos saberes da educação ocidental (universal/global), que são elaborados pela equipe interdisciplinar de professores.

Os princípios em que se baseia esse programa são:

- a) a associação da educação tradicional com a escola ocidental;
- b) a impugnação de um sistema único de escola;
- c) a repulsa por uma oposição da escola tradicional com a escola “moderna” (oficial);
- d) a oposição a uma ideologia assistencialista;
- e) a rejeição de uma simples tradução da cultura ocidental aos moldes da educação bilíngue;
- f) a afirmação de uma educação bilíngue e intercultural;
- g) a aprovação da aprendizagem do castelhano como segunda língua;
- h) a sinalização favorável a uma educação vinculada à ecologia (associando a natureza com a cultura);
- i) a afirmação de uma educação associada à realidade socioeconômica, política e cultural (MARÍN; 2002, p. 135).

Esses fundamentos educativos tratam de evitar as falsas oposições, próprias à imposição de uma cultura dominante, e buscam a complementaridade, o diálogo dos saberes, a interaprendizagem, com base na modéstia e na escuta do “outro”, no respeito da outra cultura e de seus saberes. Essas são as condições para construir um programa deste tipo: uma educação que parte do reconhecimento de todos os atores, respeitando sua dignidade e fundamentando-se no diálogo.

Uma das principais originalidades da revalorização dos conhecimentos ecológicos tradicionais indígenas pode ser a “Proposta de regime de proteção aos conhecimentos dos povos indígenas sobre a regulação, ao acesso aos recursos genéticos”. O Peru é um dos poucos países, com o Panamá, a Bolívia e as Filipinas, que propôs um regime sui generis para preservar conhecimentos ancestrais (GALVIN, 2002).

Esses conhecimentos locais sobre a biodiversidade da Amazônia, reconhecidos globalmente, podem ser talvez um exemplo para imaginar uma relação democrática entre os conhecimentos locais e os conhecimentos globais ou universais.

Esse programa obteve em 2002 o reconhecimento da cooperação internacional da América Latina como um dos melhores projetos; em 2004, a Fundação Andrés Bello veio a conceder-lhe um prêmio.

- a) A perspectiva intercultural ocorre em um processo de interaprendizagem, sem as perversidades que criaram as relações entre culturas dominantes e culturas dominadas (MARÍN, 2002). A ótica intercultural nos permite criar as condições para realizar um diálogo intercultural, que permita o reconhecimento de que todos somos capazes de produzir conhecimentos;
- b) reconhecer que cada um possui conhecimentos é o princípio fundamental para construir a dignidade de que todos necessitamos;
- c) a preservação da dignidade e a incorporação da dimensão afetiva são essenciais para realizar toda a aprendizagem, nas melhores condições;
- d) denegrir as percepções e os saberes locais implica, igualmente, um processo que vem erodindo a dignidade e a identidade de quem sofre essa agressão e que, em muitos casos, termina assumindo “sua inferioridade”;
- e) refletir sobre os efeitos nefastos do colonialismo mental, sobre a necessidade de pensar a partir de nossas realidades e construir a teoria, a metodologia e a didática apropriada a nossas realidades cotidianas, sem negar a valiosa abordagem do conhecimento teórico, metodológico e didático de outras realidades. As perguntas são:
 - como relacionar em uma só ótica os conhecimentos locais e os conhecimentos universais ou globais, estabelecendo-os em seus diferentes contextos, buscando assinalar os aspectos comuns e válidos que nos permitam construir a complementaridade, a fim de evitar todas as falsas e aberrantes oposições que a dominação cultural criou e que opõe: a cultura contra a natureza, a cultura escrita à cultura oral, a intuição à racionalidade,
 - como pensar a partir de nós, dos povos do Brasil, do contexto sul-americano, do nosso continente indígena, europeu, africano, asiático e

de nossa mestiçagem cultural, para crescermos e construirmos um projeto de sociedade viável, a partir do que somos?

- como crescer a partir de nossas raízes, flores, frutos, nossas realidades e em razão de nossas necessidades, abertos ao mundo como se abrem os ramos de uma araucária para namorar o horizonte?

- como estar abertos ao mundo exterior e pensar localmente para agir globalmente?

Algumas proposições, inspiradas na valiosa contribuição de Morin (2000), em suas reflexões sobre Os sete saberes necessários para uma educação do futuro, parecem-nos pertinentes.

2.13 EDUCAR PARA CONSTRUIR UMA VISÃO GLOBAL

- a) Utilizar uma ótica e uma prática interdisciplinar que nos permita abordar a multidimensionalidade da realidade, para tratar de compreender a complexidade;
- b) entender e valorizar a diversidade das inteligências, para criar condições de um diálogo intercultural, que nos permita compartilhar os conhecimentos em uma perspectiva de complementaridade (medicina tradicional e medicina ocidental);
- c) educação para o erro, para a ilusão e para o conflito – educar para os diferentes tipos de erros, para entender a rigidez dos paradigmas, para acompanhar a incerteza e a dinamicidade do conhecimento. O conflito também é uma fonte de aprendizagem;
- d) educação sobre nossa condição humana – educar a respeito de nossa condição cósmica e da diversidade humana; educação intercultural que nos permita respeitar a diversidade e a pluralidade dos indivíduos; valorização da dimensão afetiva, fundamental para a comunicação e a ação com os conhecimentos;
- e) educação para a importância da ética – tomada de consciência quanto aos desafios éticos, ecológicos e às ameaças que devemos enfrentar

para defender a dignidade humana; tomada de consciência sobre os limites da modernidade; educação para a necessidade do otimismo e da esperança;

- f) educação para a compreensão – contra o egocentrismo e o etnocentrismo e contra todo o reducionismo; tomada de consciência da complexidade humana; nteriorização da modéstia e da tolerância; educação por uma ética, como fundamento de uma cultura planetária;
- g) educação política – uma educação que fomente a participação e o diálogo entre os cidadãos, como seu fundamento; uma educação política por uma democracia participativa, capaz de fazer viver os princípios desse paradigma, tão evocado e pouco praticado.

3 CONCLUSÃO

- a) Definir a importância da História como uma contribuição fundamental para compreender as origens e para saber situar-nos no presente e, assim, podermos vislumbrar o futuro;
- b) definir a importância da interdisciplinaridade como única possibilidade para recuperar a visão global e manejar os conceitos de totalidade, globalidade e interculturalidade;
- c) associar a democracia como base para a gestão social e política e apoiar-nos na perspectiva intercultural, como fundamento para a gestão de nossa diversidade cultural;
- d) definir os conhecimentos locais em virtude do contexto ecológico no qual se produzem, valorizando seu domínio e relativizando-os em razão da existência de outros conhecimentos, produzidos em outros contextos com características próprias e circunscrevê-los a essas realidades;
- e) construir uma concepção educativa para associar conhecimentos locais e conhecimentos globais que nos permitam pensar localmente para atuar globalmente.

Esse debate sobre a globalização, como quadro histórico das relações entre conhecimentos locais e globais ou universais, está em construção. Portanto, esse ensaio tem um caráter introdutório e limitado sobre uma problemática muito ampla e complexa. Isso pode explicar por que nossa reflexão contribui com mais perguntas do que respostas.

***Interculturalidad y descolonización del saber:
relaciones entre saber local y saber universal en el contexto de la
globalización***

Resúmen

La relación entre Interculturalidad, comprendida como el reconocimiento mutuo de todas las culturas, lejos de toda jerarquización, es la condición primera, para imaginar la descolonización del saber y del poder, que esta ligado a todo saber. Todo este proceso histórico se constituye en un contexto de dominación cultural, social económica y política. En la medida que la cultura eurocéntrica no respeta la biodiversidad, ni la diversidad cultural, pervierte las referencias reales y las significaciones simbólicas de los contextos locales. Creemos que el caso de la relación del saber local y el saber “universal”, que impone la cultura dominante, es una buena referencia para plantearnos el análisis de cómo imaginar la descolonización del saber. El desafío actual para la educación, como proceso cultural de transmisión de visiones del mundo, de sistemas de valores y fundamentos para construir los conocimientos es partir de nuestras realidades, basándose en la revalorización de las lenguas y culturas locales, adaptando a las posibilidades y limitaciones de cada realidad en función del contexto global.

Palabras claves: Interculturalidad. Saber local y saber global. Eurocentrismo. Descolonización del saber.

REFERÊNCIAS

- ALLEMAND, A. Lula parle sur les industriels pour sauver l'Amazonie. **Tribune de Genève**, p. 3, 6 ago. 2004.
- BERGER, G. et al. **Educação & Pluralidade**, Brasília, DF: Plano Editora, 2003.
- GALVIN, M. La política peruana de gestión de la biodiversidade: um objetivo de conservación al servicio del desarrollo. In: AUROI, C.; BOSSIO, S. (Ed.). **A dónde va el Peru**. Balance del Fujimorismo y preguntas para el futuro. Cusco – Genève: CBC; IUED, 2002.
- GEERTZ, C. **Savoir local, savoir global**. Les lieux de savoir. Paris: PUF, 1997.
- GIORDAN, A. Apprendre. Paris: Débats Belin, 1988.
- LEITE GARCIA, R. (Org.). **Método, Métodos, Contramétodo**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEWKOWICZ, I. **Espacios argentinos**. Cacerolazo y subjetividad post-estatal. Buenos Aires: Paidós, 2003. (Colección espacios del saber).
- MARÍN, J. Perú: Estado e Indigenismo en mutación. El Caso de la Amazonía peruana. In: AUROI, C.; BOSSIO, S. (Ed.). **A Dónde va el Perú**. Balance del Fujimorismo y preguntas para el futuro. Cusco – Genève: CBC; IUED, 2002.
- _____. Globalization, Education and Cultural Diversity. In: DASEN, Pierre; AKKARI, Abdejalil (Ed.). **Educational Theories and practices from the majority World**. New Delhi: Sage Publications, 2008.
- _____. Globalización, Diversidad cultural y práctica educativa. **Revista Diálogo Educativo**, Curitiba: Champagnat, v. 4, n. 8, p. 11-32, jan./abr. 2006.

MORIN, E. L'an 1 de l'ère écologique. **Dialogue avec Nicolas Hulot**, Paris: Tallandier, 2006.

_____. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 6. ed. Brasília, DF: Unesco; Cortez, 2000.

NAIR, S. **El imperio frente a la diversidad del mundo**. Barcelona: Areté, 2003.

PENA-VEGA, A.; ALMEIDA, C. R.; PETRAGLIA, I. (Ed.). **Edgar Morin: Ética, Cultura e Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PERSPECTIVA, **Dossiê**: Estudos sobre a escola: dimensões sociológicas e políticas. v. 22, n. 1, p. 1-276, jan./jun. 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Human Development report 2000**. Human rights and human Development. Nueva York: Oxford University Press, 2000.

_____. **Informe sobre Desarrollo humano 2001**. Poner el Adelanto tecnológico al servicio del desarrollo humano. Mexico: Ediciones Mundi-Prensa, 2001. Disponível em: <<http://www.undp.org>>. Acesso em: 30 nov. 2003.

_____. **Informe sobre Desarrollo humano 2002**. Profundizar la democracia en un mundo fragmentado. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa. Disponível em: <<http://www.undp.org>>. Acesso em: 30 nov. 2003.

PORTO-GONCALVES, C. W. **Os caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. O desafio ambiental. In: SADER, Emir (Org.). **Os porquês da desordem mundial**. Mestres explicam a Globalização. Rio de Janeiro; São Paulo: Editorial Record, 2006.

QUIJANO, A. A Colonialidade do saber. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. São Paulo: CLACSO Livros, 2002.

_____. Don Quijote y los molinos de viento. In: SORIA, José Ignacio López (Ed.). **Andinos y Mediterráneos**: Claves para pensar Iberoamérica. Lima: Fondo Editorial del Congreso de la República, 2007.

RESZLER, A. **Le pluralisme**. Une idée dominante de notre fin de siècle. Genève: Institut Universitaire d'Études Européennes; Georg, 1990.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Afiliada, 2000.

STIGLITZ, J. **El malestar de la Globalización**. Buenos Aires: Editorial Taurus, 2002.

TORRES SANTOME, J. **A Educação em tempos de Neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UNESCO. **Aprender a vivir juntos**: hemos fracasado? Informe de la 46ª Conferencia Internacional de la UNESCO. Ginebra: Unesco/BIE.

WHITE, L. **Les origines historiques de la catastrophe écologique**. Document/non publié, 1976.

Recebido em 11 de outubro de 2009

Aceito em 3 de março de 2010

